



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

VILLES NOUVELLES PARISIENSES: UM SAVOIR-FAIRE

**Ricardo Trevisan** (UnB) - [prof.trevisan@gmail.com](mailto:prof.trevisan@gmail.com)

*Arquiteto (EESC-USP), Mestre em Engenharia Urbana (UFSCar), Doutor (FAU-UnB), Professor Adjunto do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB*

## ***Villes nouvelles* parisienses: um *savoir-faire***

### **1 \_ Introdução**

As Cidades Novas (CNs) – um tipo de produção urbana – podem ser reconhecidas a partir do instante de sua criação, apresentando um ponto de partida preciso, um ato de nascimento localizado no tempo e no espaço, sendo um “estabelecimento previsto com todos os atributos urbanos num espaço inicialmente virgem” (MATHIEU, 2008). Uma delimitação conceitual que ressalta outro ponto importante: o prever uma cidade, idéia também trabalhada por HUOT (1988):

A origem de cidades não é uma matéria simples. Certas nascem pelo crescimento sobre um elemento não urbano (castelo), outras pelo desenvolvimento espontâneo a partir de uma vila, outras, enfim, nascem pela vontade do homem num local onde não havia nada, ou somente poucas habitações. Quando o plano da cidade é antecipadamente pensado e prevendo a localização dos órgãos fundamentais, a aglomeração urbana é desenvolvida num quadro artificial seguindo um plano imposto pela vontade do homem. Este tipo de aglomeração é freqüentemente chamado de cidade criada. (HUOT, 1988)

Assim, entender CNs, para o autor francês, é ir além da data de sua fundação, é regressar para o período antecessor e verificar as circunstâncias e as ações a elas atreladas. Deslocamento que nos permite separar as cidades espontâneas das CNs, as quais foram, no momento anterior ao seu surgimento, concebidas, formuladas, idealizadas, intencionadas, inventadas, pensadas, premeditadas, programadas, planejadas, projetadas, criadas...

Uma profusão de possíveis terminologias que se intensifica conforme o país. Na França, por exemplo, identifica-se as *villes nouvelles créées*, *ville créée*, *nouveaux villages*, *villes neuves* e *ville idéale* (PANERAI *et alii*, 1985). Uma multiplicidade nominativa que induz a uma discussão sobre a diferença entre *villes neuves* e *villes nouvelles* – embora traduzidas como CNs para a língua portuguesa, não apresentam o mesmo significado em francês [1]. “*Villes neuves* e *villes nouvelles*, as palavras raramente são inocentes”, como pontuaram PANERAI; GENDRE & CHATELET (1986).

A ambigüidade da expressão *ville nouvelle* deve-se a razões múltiplas. Segundo MERLIN (1977) a expressão pode referir-se a uma função primária, ou seja, às CNs estratégicas (capitais federais ou estaduais); às CNs ligadas a uma atividade econômica (industrial, turismo, pesquisa, etc.); às CNs integradas a uma grande aglomeração, a uma região urbana, buscando organizar seu desenvolvimento. *Ville nouvelle* tende a designar, também, a importância da operação: uma CN de dezenas de milhares de habitantes (*ville neuve*) não

pode conter os mesmos serviços, equipamentos etc. de uma cidade de centenas de milhares de habitantes (*ville nouvelle* do entorno parisiense). Ainda, *ville nouvelle* concentra a idéia de localização, que não poderá ser a mesma de “bairros novos de Estocolmo e Amsterdã, que não têm vocação para serem cidades completas e, por isso, devem estar próximo ao centro da cidade-mãe” (MERLIN, 1977). Por fim, MATHIEU (2008) levanta, a partir de exemplos brasileiros, uma distinção entre *villes nouvelles* – cidades-satélites do Distrito Federal, como um tipo de expansão das grandes cidades e unidades urbanas economicamente autônomas – e *nouvelles villes* – Brasília, como um tipo de cidade ideal.

Ao direcionar a atenção às *villes nouvelles* parisienses, o presente trabalho busca revelar a produção e a consolidação das cidades-satélites no entorno de Paris, durante o sexto e sétimo decênios do século XX. Ressoantes aos ícones ingleses dos anos 1940-50 (as célebres *new towns*) e contemporâneas às cidades-satélites brasilienses, as cinco *villes nouvelles* parisienses demonstram conter um *savoir-faire* próprio. Percebe-se em Évry, Cergy-Pontoise, Marne-la-Vallée, Melun-Sénart e Saint-Quentin-en-Yvelines um planejamento urbano singular que permite enquadrá-las em uma nova classe de CNs, a de *cidades-estelares*.

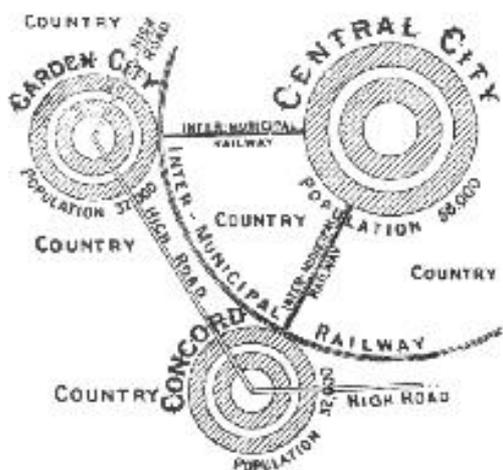
Contudo, o conceito de *cidade-estelar* só poderá ser esclarecido após a compreensão das referências históricas, dos antecedentes, do contexto político, do planejamento e do processo projetivo que contribuíram para a materialização dos exemplares franceses. Um percurso possível mediante investigação em fontes teórica, histórica e ilustrativa, realizada no *Centre de Documentation de l'Urbanisme*, em La Défense (França).

## **2 \_ Cidades-satélites: um ideário urbanístico**

Curiosamente, em busca nos arquivos estrangeiros pela temática CNs (objeto de estudo em tese de doutorado: TREVISAN, 2009), os resultados obtidos quase sempre conectavam o termo a programas de cidades-satélites criadas ao redor de uma grande metrópole após a II Guerra Mundial, fosse na Europa, na Ásia, nas Américas, na África ou na Oceania, tendo a teoria Cidade-Jardim de Ebenezer Howard como influência direta. Nesta relação indissociável, o termo *cidades novas* (tradução de *new towns*), associado à teoria howardiana de Cidade-Jardim, impute um caráter específico: o de controlar a expansão das grandes cidades pela criação de novos núcleos.

A origem do ideário Cidade-Jardim remete-se à publicação do livro *To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform* (Para o-Amanhã: Um Caminho Tranquilo para a Reforma Autêntica) no ano de 1898 com a autoria de Ebenezer Howard. Reeditado em 1902, com o título *Garden Cities of Tomorrow* (Cidades-Jardins de Amanhã), este documento tornou-se paradigmático

para o urbanismo moderno ao apresentar um novo tipo urbano – uma cidade diferenciada em seus aspectos físicos e em sua organização econômica, política e social. Ainda se fez presente uma discussão sobre o futuro das cidades. A expansão da cidade idealizada pelo taquígrafo inglês dar-se-ia pela construção de outras representadas em diagramas [FIGURAS 1 e 2]. Os esquemas mostram uma rede de sete cidades interligadas pela ferrovia, sendo seis cidades menores periféricas (com 32 mil habitantes) e uma central chamada de Cidade Social (com 58 mil habitantes). Esta cidade centralizaria um número de atividades maior do que as demais (CREESE, 1992). Um protótipo que ganharia várias versões.



**FIGURA 1:** Diagrama com duas Cidades-Jardins menores (32 mil habitantes) ligadas pela ferrovia a Cidade-Jardim maior (58 mil habitantes) ao centro. Fonte: CREESE, 1992.



**FIGURA 2:** Diagrama n.7: conjunto de seis Cidades-Jardins menores e uma maior ao centro (cidade mãe), interligadas pela ferrovia e separadas por um cinturão verde (zona rural). Fonte: BEEVERS, 1988.

As CNs, nesse caso, surgem como um tipo de planejamento urbano e territorial, “de desindustrialização e de desurbanização” das grandes cidades congestionadas (BAUELLE, 2004). Uma vez implantadas, absorveriam uma parte significativa do crescimento demográfico urbano e criariam zonas de atividades econômicas ao redor de uma cidade vultosa.

São inúmeros os autores que associam CNs como as cidades criadas para controlar o crescimento de outras existentes. A iniciar por ALLART (s.d.) e sua comparação entre os tipos inglês e francês:

É preciso equipar os terrenos novos, transformá-los em tecido urbano. A demanda necessária apresentou, em face à urbanização periférica – meio clássico de extensão das cidades –, a possibilidade de criar cidades novas, nascidas de uma dupla reflexão: uma constatação do colapso de formas clássicas de urbanização francesa [o crescimento

radioconcêntrico] e uma reflexão crítica sobre aquilo que chamamos de sucesso das cidades novas inglesas. (ALLART, s.d.)

Seguida pela análise de FACHARD (1982) sobre as *villes nouvelles* da Grande Paris:

As grandes linhas do “projeto Cidade Nova” são conhecidas: trata-se de distanciar as contradições da cidade, pesquisa do equilíbrio moradia-emprego, comodidade da cidade sem os problemas da cidade tradicional, com bons serviços interior e exterior, equipamentos e comércios, ruas, praças, vastos corredores verdes, parques urbanos, bases de lazer, etc. (FACHARD, 1982)

Ou pela classificação dos dois tipos, feita por CHOAY & MERLIN (2005), conforme a conexão entre CNs e a cidade principal:

As cidades novas situadas nos arredores de uma metrópole, sem continuidade, com a preocupação de descongestionar e de estruturar a região urbana em uma escala mais vasta que aquela da aglomeração de base [como o tipo inglês]. E as cidades novas situadas em continuidade espacial com grandes aglomerações destinadas a orientar e estruturar o desenvolvimento das periferias, sem sinal de independência entre a cidade nova e a cidade mãe [como o tipo francês]. (CHOAY; MERLIN, 2005)

Enfim, CNs que surgem como solução ao espraiamento urbano desordenado, difundidas, principalmente, no período de reconstrução europeia no pós II Guerra Mundial.

Na Inglaterra, duas gerações de CNs marcaram diferentes ações de planejamento do governo inglês. A construção da primeira geração de *new towns*, aquelas situadas ao redor de Londres, foi precedida pelo surgimento de um grande número de estudos efetuados por profissionais de diferentes disciplinas, assim como por um longo debate entre opinião pública e instituições políticas (AHTIK, 1969). Este processo gerou o famoso relatório *Reith* e o *New Town Act*, a lei de 1946, cuja autoria é dada ao urbanista Patrick Abercrombie (1879-1957).

Tratava-se de um plano – embasado, por exemplo, na obra *The Building of Satellite Towns* (A construção de cidades satélites) de Charles Benjamim Purdon (1925) –, que previa a necessidade de descentralização das grandes cidades britânicas e propunha uma reforma de legislação urbanística existente. O relatório apresentava os princípios da concepção das CNs inglesas. Dentre estes princípios, cito: os esforços consagrados à implantação de atividades econômicas, sobretudo, da indústria e de equipamentos coletivos; a barreira de crescimento materializado pelo cinturão verde; o tamanho limitado ao máximo de 60 mil habitantes, visando a criar e preservar uma atmosfera social; e a concepção urbana, um tipo geral que definia desde o início os objetivos e os meios de realização.

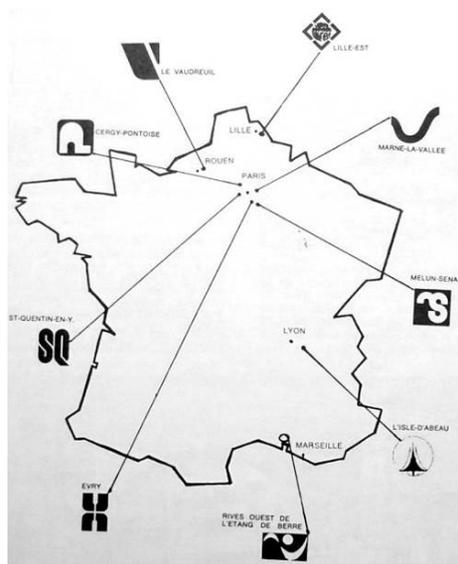
Por sua vez, a segunda geração, aquela das *expanded towns* (cidades de expansão), destacou uma mudança completa de escala e de concepção. As cidades foram implantadas sobre um tecido urbano preexistente, seu tamanho previa abrigar até 400 mil habitantes e sua vocação deveria ser regional (não mais próxima a grandes centros). Proposta de renovação urbana que acarretou na geração de dezenas de *new towns* por todo o território inglês [FIGURA 3], independentes econômica e administrativamente dos centros urbanos existentes (CLAPSON, 1998).

Em oposição a estas *new towns* inglesas, “distantes e carentes de ligação com Londres” (MURARD; FOURQUET, 2004), as *villes nouvelles* francesas [FIGURA 4], para AHTIK (1969),

... se apresentam num contexto de reestruturação da área metropolitana. O conjunto do projeto de planejamento se articula entre a reconstrução do centro tradicional da metrópole e a criação de alguns nós na armadura urbana. Cada cidade nova terá uma vocação privilegiada (setor terciário ou quartenário). Enfim, a cidade nova francesa se isola da metrópole (seja geograficamente, seja por um cinturão verde, um lago, ou por condições de topografia), mas ao mesmo tempo ela se situa sobre um dos principais eixos de comunicação da região. Em termos de categoria de análise, a cidade nova francesa não é nem satélite, nem autônoma, mas uma cidade secundária; nem completamente diferenciada, nem especializada, mas de vocação privilegiada; nem concentrada, nem difusa, mas um pólo integrado ao conjunto da área metropolitana. (AHTIK, 1969)



**FIGURA 3:** Distribuição das *new towns* inglesas como controle ordenado da expansão urbana de Londres, Manchester, Liverpool, Newcastle etc. Fonte: PELLETIER; DELFANTE, 2000.



**FIGURA 4:** Localização das *villes nouvelles* francesas, situadas no entorno de grandes cidades como Paris, Lille, Roen, Lion e Marselha. Fonte: GUYARD, 1980.

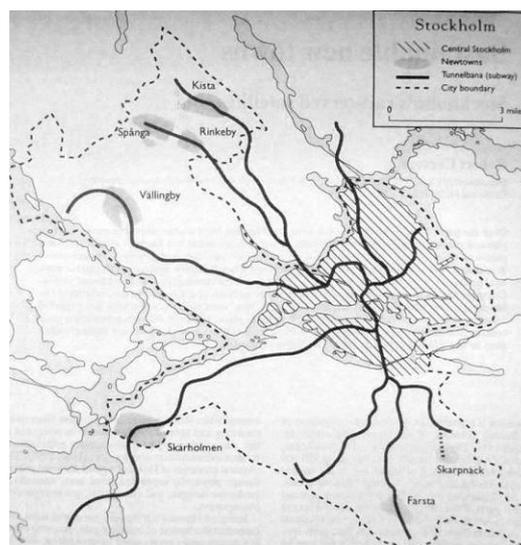
Sejam inglesas ou francesas, independentes ou dependentes, isoladas ou continuções de uma cidade-mãe, esse tipo de CNs foi difundido por inúmeros países no entorno de capitais como: Brasília, Copenhague, Estocolmo, Barcelona e Palestina [2].

No Brasil, a implantação de cidades-satélites na órbita do Plano Piloto de Brasília foi o modo encontrado pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa de expandir a nova capital. Eram núcleos urbanos geometricamente isolados, idealizados como cidades, e não como bairros, loteamentos ou conjuntos habitacionais (VASCONCELOS, 1988).

Na Dinamarca, a vontade política de frear o crescimento de sua capital gerou o *Plano dos dedos* (1963), no qual da palma (Copenhague) sairia cinco dedos (linhas férreas) para a periferia, onde foram propostas cinco cidades-satélites [FIGURA 5], dentre elas: Albertslund (1963), a primeira a ser construída e projetada para 40 mil habitantes (HELAND, 2005). Política similar adotada pelo governo socialista sueco para sua capital, Estocolmo, cujos arredores foi tomado por inúmeras cidades-satélites [FIGURA 6], como Vällingby (1950) (BOUCHER-HEDENSTRÖM, 2005).



**FIGURA 5:** *Plano do dedos* para localização das cinco cidades-satélites, interligadas à Copenhague por via férrea.  
Fonte: HELAND, 2005.



**FIGURA 6:** Esquema similar foi adotado na vizinha Suécia, onde linhas de trem suburbano ligavam Estocolmo a sete cidades-satélites.  
Fonte: CERVEO, 1995.

Na Espanha pós-franquista, o ministro da Habitação, Vicent Mortes Alfonso, propôs o ACTUR (*Actuations Urbanica Urgentes*) nos anos 1970, que consistia em criar um amplo número de moradias, independente do processo de desenvolvimento, por meio de CNs erguidas no entorno de grandes cidades e livres de restrições locais de planejamento (CARRERAS, 1986). Nos arredores de Barcelona, três cidades-satélites da ACTUR foram

propostas num raio de 15 a 20 quilômetros, sobre terras virgens, com previsão de 150 mil pessoas cada.

Além de sua função dominante (controle da expansão urbana), as cidades-satélites foram simultaneamente campo de experimentação social. Analisadas por FACHARD (1982), ao diferenciá-las da cidade tradicional durante seu estágio inicial na qual o modo de vida é mais intenso e mais diversificado,

... as cidades novas vieram substituir um sistema complexo de organização espacial e funcional voluntário, onde cada questão colocada exige uma resposta e de meios compatíveis com a coerência do conjunto. (...) A margem de liberdade que oferecem as cidades novas é uma especificidade que muito lhe convém, mas que tem por corolário a necessidade de fazer escolhas: decidir aquilo que é bom ou ruim. (FACHARD, 1982)

Processo de vida que permite aos futuros habitantes da CN uma mudança, como colocou Anatole Kopp em seu livro *Changer la vie, changer la ville*, de 1975. Para mudar a vida, haveria a necessidade de mudar a cidade, ou melhor, de cidade. Era a oportunidade para os mais jovens de conseguir empregos promissores, de adquirir sua moradia, de garantir qualidade de vida para seus filhos etc. Um novo modo de vida, “ideal para casais jovens com crianças” (DUCON; YOKOHARI, 2006). Um novo gênero de vida, onde “a posição das grandes funções urbanas levava em conta os novos modos de posicionamento individual e coletivo” (VERMEERSCH, 2005). Uma conjuntura social específica que induz autores como WARNIER (1988) a taxar as CNs como “apenas um problema de planejamento do quadro de vida, e não um pacto urbanístico, um parto de planificação urbana”.

A maior parte de propostas de cidades-satélites idealizadas surgiu como uma crítica à cidade contemporânea e pelo desejo de criar a condição de reequilíbrio social, educando seus habitantes mediante sua organização e sua arquitetura, dando-lhes a condição necessária para o desenvolvimento sócio-econômico. Tratava-se de um tipo de “cidade unitariamente projetada, a absoluta presteza do idealizador e do construtor de poder prever as necessidades físicas, psíquicas dos habitantes e de traduzir-las em formas arquitetônicas” (BERTUGLIA; TICH; STANGHELLINI, 2004). Concretizações de uma ideia, muitas dentre elas foram destinadas a serem cidades-modelo, “manifestos políticos daquilo entendido como vida urbana ideal para uma população” (SAFIER, 1977).

### **3 \_ *Villes Nouvelles francesas***

Na primeira metade do século XX, Paris já recebia suas primeiras cidades-satélites, antes das *villes nouvelles* da década de 1960. Foram cidades e bairros-jardins periféricos ao núcleo histórico, projetados e construídos nos anos 1930 com objetivo de oferecer moradias

[FIGURA 7]. Outra proposta similar, embora retida no papel, foi apresentada com intuito de conter o crescimento da capital francesa e desobstruir o centro da cidade. Denominada de “Paris Paralela” [FIGURA 8], esse novo núcleo urbano receberia toda a função administrativa sediada na Paris real, conectada a ela por vias de fluxo rápido. Ações que permitem concluir a existência de um *savoir-faire* precedente a efetivação das cinco CNs; ideias – concreta ou utópica – que permitem identificar continuidade no planejamento territorial parisiense.

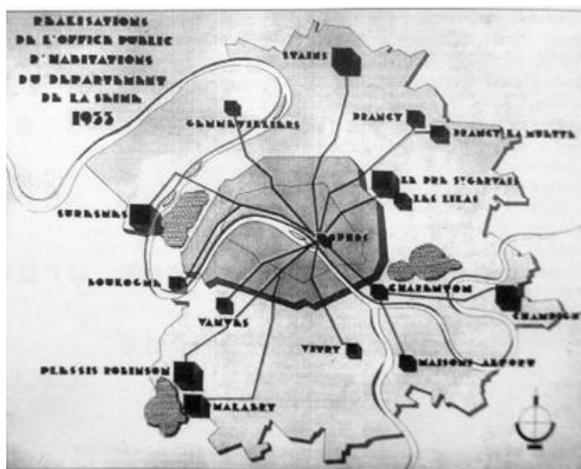


FIGURA 7: Cidades e bairros jardins no entorno de Paris. Preocupação em distinguir novos bairros (quadrados menores) de CNs (quadrados maiores). Fonte: BATY-TORNIKIAN, 2001.

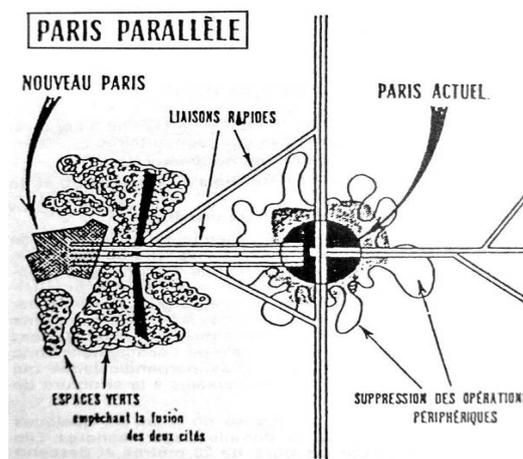


FIGURA 8: Plano de localização da nova capital administrativa da França: a “Paris Paralela”. Proposta lançada pela revista *Architecture d’Aujourd’hui*. Fonte: WARNIER, 1988.

As *villes nouvelles* parisienses foram CNs empreitadas durante a presidência do general Charles de Gaulle (1890-1970), entre 1958 e 1969, sob o comando do delegado geral Paul Delouvrier (1914-1995). Núcleos que não deveriam se assemelhar às CNs inglesas, mas incorporarem o sentido de “centros urbanos novos”, de “cidades anti-periferia”, como desejado por Delouvrier e sua equipe (BEHAR; ESTEBE; GONARD, 2002). De *centros urbanos novos* a *villes nouvelles*, o uso do termo CNs em francês se consolidou apenas anos mais tarde, conforme o próprio Delouvrier, em 1966, explicou:

A escolha do termo *ville nouvelle* em detrimento a *centre urbain nouveau* foi uma questão semântica. Ao divulgar os novos projetos ao Ministério de Finanças ou mesmo à população, mediante a segunda expressão, nenhum resultado surtiria, ao passo que o primeiro termo teria uma chance de ser aceito (assimilado como algo novo, que receberia novos equipamentos para estas regiões periféricas à capital francesa); algo distante de uma renovação e sim próxima ao senso de colocar a aglomeração parisiense no século XX. Estando situadas na região parisiense, sendo na verdade uma forma moderna de periferia [diferente aos criticados conjuntos habitacionais periféricos: as HBMs (*Habitation à Bon Marché*)], essas *villes nouvelles* poderiam receber equipamentos que o centro de Paris não mais comporta por falta de espaço: museus ultramodernos, teatros e desenvolvimentos

artísticos novos etc. (...) Ao invés de abrir uma seqüência de loteamentos, nós pensamos em levar serviços, universidades, grandes estabelecimentos, órgãos públicos regionais, áreas de esporte para o centro das periferias novas; que não serão mais periferia, mas lugares denominados de *villes nouvelles*. (...) Finalmente, eu acredito que o termo *ville nouvelle* foi bem escolhido, na condição desejada; que essas *villes nouvelles* não sejam cidades novas autônomas como Brasília, mas que sejam cidades anti-periferia de uma aglomeração principal. Aí está, para mim, a escolha decisiva. (DELOUVRIER *in* MURARD; FOURQUET, 2004)

Portanto, ao requalificar o modo de fazer e o nomear a periferia da grande cidade, as *villes nouvelles* francesas geraram um novo significado ao termo CNs e surgem como reinterpretção do tipo inglês. Mas como tal processo ocorreu de fato?

### **3.1 \_ Uma vontade estatal**

Uma CN, segundo a definição do arquiteto Ervin Y. Galantay, é uma comunidade planejada e conscientemente criada como resposta clara a objetivos estatais. Tal criação urbana pressupõe “a existência de uma autoridade ou uma organização suficientemente poderosa para assegurar o sítio – recursos primários para seu desenvolvimento – e para exercer controle contínuo até que a cidade atinja tamanho viável” (Ervin Y. Galantay *in* WEINER, 1981).

A realização de CNs é uma operação pesada (infraestrutura, logística, capital envolvido etc.), que demanda do Estado e seus órgãos competentes um trabalho de planejamento, de execução e de monitoramento. Para BLOC-DURAFFOUR (1998) será o Estado o responsável por: fixar um quadro legislativo, que prevê o financiamento e aprove o plano; definir os projetistas; incluir operadores privados; e oferecer o título de município ao recém inaugurado assentamento.

Em 1965, o ato que sancionou o nascimento das CNs francesas foi um plano territorial “inovador e ambicioso” (GUYARD, 1982), coordenado pela “Direção Geral do Distrito da Região de Paris”, com as cinco CNs fundadas ainda no início dos anos 1970. Agilidade que qualifica as *villes nouvelles* como “realizações originais, tanto em resultados como em procedimentos de implementação” (SUDOUR, 1987).

A política francesa de CNs nasceu da reflexão animada por Paul Delouvrier, inspetor de Finanças, depois de pedido feito pelo presidente Charles de Gaulle, no início dos anos 1960. Ao sobrevoar de helicóptero a região parisiense, Gaulle pediu: “*Delouvrier, mettez-moi de l'ordre dans ce bordel*” (Paul Delouvrier, coloque-me ordem neste bordel), referindo-se ao caos no qual a periferia parisiense se encontrava (VADELORGE, 2003).

O então primeiro-ministro Georges Pompidou (1911-1974), em diretrizes passadas a Paul Delouvrier em abril de 1966, exigia a elaboração de um esquema diretor de planejamento da Grande Paris e de um esquema estrutural para as demais metrópoles francesas (Lion, Marselha, Lille etc.). A solução encontrada foi a criação de CNs num esforço de humanizar, ordenar e controlar os movimentos de urbanização. A partir de cinco cidades-satélites na região parisiense e quatro próximas a cidades do interior – Val-de-Reuil em Rouen; Lille-Est (ou Villeneuve d’Ascq) em Lille; Rives de l’Etang de Berre em Marselha; e L’Isle d’Abeau em Lion –, o programa sugeria “um plano de conjunto, com articulação coerente entre diferentes bairros, tipos de arquitetura, diversidades de habitações, situadas ao redor de um centro atrativo e moderno, oferecendo a seus habitantes lazer e cultura” (ROULLIER, 2004). Com isso, o governo francês pretendia:

... frear o desenvolvimento da mancha urbana de Paris, canalizando a urbanização em áreas definitivas, situadas na periferia e interligadas à capital por estradas tangenciais sem perpassar a região central; e evitar nestas áreas os fenômenos de periferização e da formação de cidades-dormitórios, pela criação de um verdadeiro e próprio centro urbano, dotado de habitação, serviço e postos de trabalhos. (BERTUGLIA; TICH; STANGHELLINI, 2004)

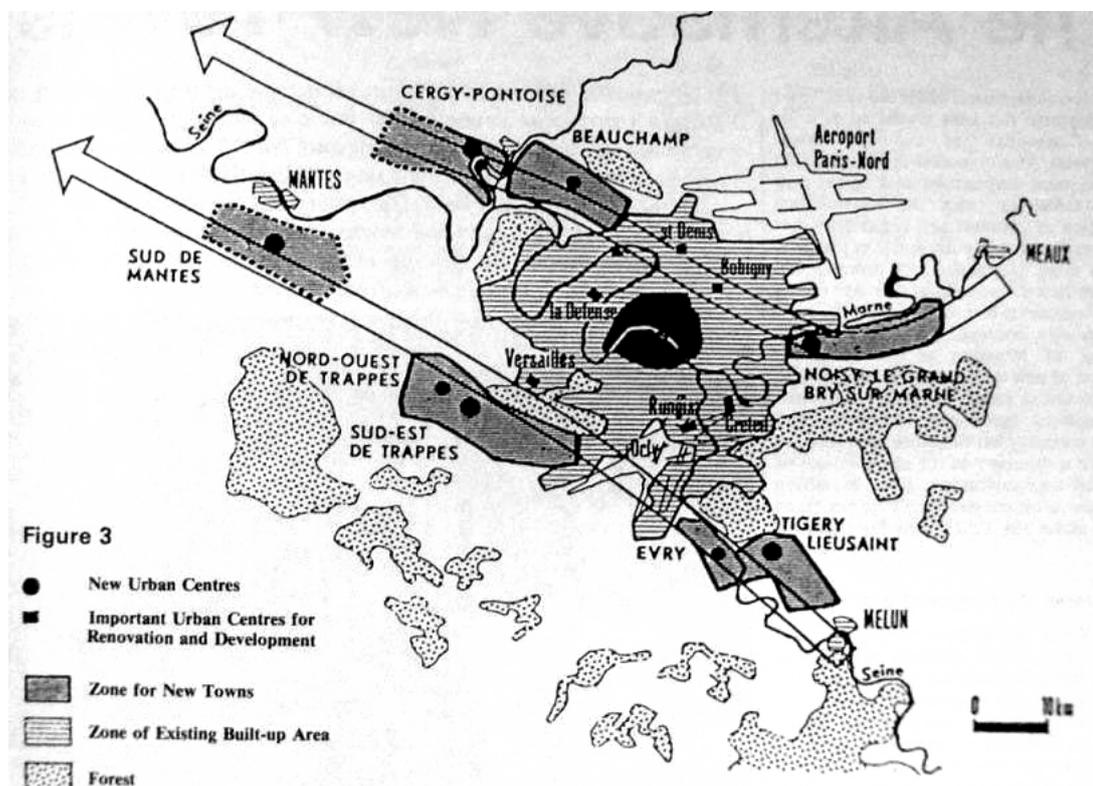
Portanto, o plano de CNs francesas foi o desejo estatal de planejar o território e uma necessidade de melhor estruturar o desenvolvimento da aglomeração parisiense e de grandes metrópoles do interior (SUDOUR, 1987).

### **3.2 \_ Planejamento e projeto**

As *villes nouvelles* surgiram planejadas num contexto de reestruturação da área metropolitana das grandes cidades, em consonância aos interesses de políticas desenvolvimentistas. Um planejamento do território defendido pela Assembléia Nacional francesa em 1963, cujo objetivo era combater o crescimento do desequilíbrio econômico e demográfico nessas regiões (AHTIK, 1969). Para isso, novos nós foram criados na armadura urbana de Paris, Lion, Marselha e Lille; CNs isoladas geograficamente da cidade-mãe (seja por um cinturão verde, um lago ou por condições topográficas), porém interligadas por eixos de comunicação rápida (rodovia e ferrovia).

Na França, o “plano mestre” (termo dado a planejamento) foi regido pelo *Institut d’Aménagement et d’Urbanisme de la Région Parisienne* (IAURP), responsável pela concepção e criação de novas cidades. Fundado em 1960, o IAURP lançou cinco anos mais tarde o *Esquema Diretor de Planejamento e de Urbanismo da Região de Paris* (*Schéma directeur d’aménagement et d’urbanisme de la région de Paris* – SDAURP), no qual

constava um esboço de crescimento direcionado da Grande Paris sobre dois eixos [FIGURA 9], onde seriam “implantadas inicialmente oito grandes CNs, distantes no máximo 35 quilômetros da capital, sem qualquer cinturão verde” (DUMSDAY, 1984).



**FIGURA 9:** Estudo de implantação das *villes nouvelles* em dois eixos paralelo ao rio Sena. Esboço apresentado no *Esquema Diretor de Planejamento e de Urbanismo da Região de Paris*, em 1965. Inicialmente, oito CNs foram previstas, mas apenas cinco foram concretizadas: Évry, Cergy-Pontoise, Marne-la-Vallée, Melun-Sénart e Saint-Quentin-en-Yvelines. Fonte: DUMSDAY, 1984.

A partir do planejamento, programas eram estabelecidos para viabilizar e qualificar as CNs. Projetadas para uma população de 200 mil a 300 mil habitantes (BLEYNIE, 1977), o programa das *villes nouvelles* francesas continham dados precisos na organização espacial dos núcleos:

O centro da cidade nova deve ser o nível superior da hierarquia funcional e espacial. Ele é importante e densamente ocupado, com serviços atrativos, o ponto nodal da rede de transportes da nova aglomeração e a principal plataforma de transportes para sair da cidade. Os bairros constituem o nível médio, a maioria destinada à habitação, agrupando milhares de moradias, com equipamentos e meios de transportes que dariam acesso ao centro. (HAUMONT, 1997)

Além disso, recomendou-se a constituição de unidades populacionais de tamanho reduzido (pequenos bairros, conjuntos habitacionais ou *Unidades de Vizinhança*), dotadas de boas moradias, equipadas e próximas ao emprego.

Com relação ao projeto, as *villes nouvelles* foram envoltas por uma rica e densa equipe de profissionais, desde seu planejamento original até o desenho dos edifícios de cada cidade. Na fase inicial, Paul Delouvrier foi auxiliado por: Jean Millier (autor da CN de Abidjan, na Costa do Marfim); Jacques Michel (politécnico envolvido no *Plano de Melhoria* de Paris, de 1960); Serge Goldberg (estudioso do urbanismo norte-americano e especialista em redes rodoviárias); Michel Piquart (idealizador do plano urbanístico de Constantine) e Jean Vaujour (prefeito e conhecedor das coletividades da periferia de Paris) (TILLIETTE, 1985). Eram altos funcionários, unidos a engenheiros, arquitetos, economistas, geógrafos, sociólogos e estagiários universitários, contratados para elaborar os projetos, sendo separados em dois ramos de atuação: urbanismo de estudos (mais arquitetos) e urbanismo operacional (fase de dependência mútua).

Reunidos em *Établissements publics d'aménagement des villes nouvelles françaises* (EPA), os primeiros trabalhos foram organizados no *Esquema Diretor de Estruturas* (1965-1968), o qual definiu o programa e a parte de planejamento e organização do espaço de cada CN. Em Cergy-Pontoise, por exemplo, o processo projetivo ocorreu a partir de “células”. Cada célula trabalhava com uma área específica e continha um engenheiro, um arquiteto e um desenhista. Estas células se ocupavam da concepção dos bairros, do urbanismo operacional, do planejamento dos espaços públicos, da arquitetura, das diretrizes operacionais, da assistência aos construtores etc. Havia também equipes formadas por um arquiteto, um engenheiro, um paisagista e um sociólogo. Nos anos 1980, “a equipe multidisciplinar foi substituída pela figura do planejador, que assumiu uma visão global para sua função: de urbanista, técnico, comercial, financeiro e publicitário” (CLAUDE, 2005).

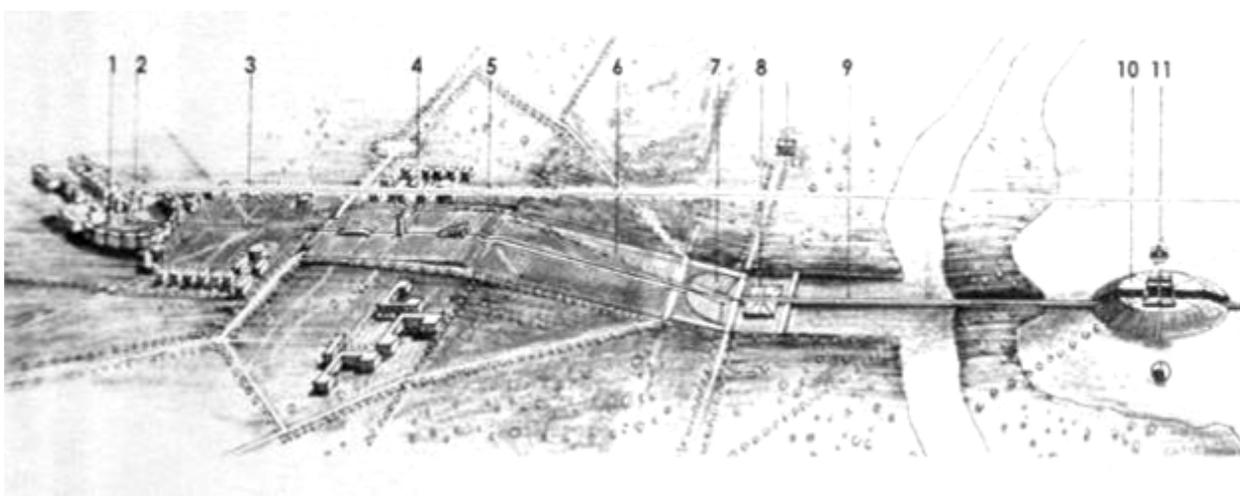
Concomitantemente, diversos concursos foram realizados pelo EPA. Cada concurso compreendia três escalas de intervenções: 1) grandes concursos de urbanismo (arquitetura e organização urbana de áreas de 700 a 7 mil moradias); 2) concursos para habitação (mais recorrente, de 70 a algumas centenas de moradias); e 3) concursos de espaços públicos. Destes, seis concursos foram efetuados para o primeiro grupo, 32 concursos para o segundo grupo e 45 concursos para o terceiro grupo. Com isso, previa-se atribuir às CNs um caráter de novidade, associado a um caráter experimental (integração de funções urbanas e arquitetura de qualidade). Ao todo, 260 arquitetos ou agências trabalharam nos projetos, o que garantiu a cada CN uma diversidade arquitetônica (FRANCE, 1980).

Fato comprovado atualmente nas *villes nouvelles*, que se transformaram em roteiro turístico, tanto para leigos como para profissionais da área, pelas “soluções espaciais miraculosas” adotadas (WERMES, 1991). Uma diversidade de arquitetura pós-moderna e contemporânea, como: as “Arcadas do lago” de Ricardo Bofill **[FIGURA 10]**; as escolas de

Tomasz Fiszer, as moradias de Sarfati, o “Castelo d’água” de Portzamparc e o eixo monumental de Dani Karavan para Cergy-Pontoise [FIGURA 11].



**FIGURA 10:** Vista do bairro de Sourderie na CN de Saint-Quentin-en-Yvelines. Ao lado esquerdo o “Viaduto”, um conjunto de edifícios moradias circundado por um lago; ao lado direito as “Arcadas do lago”, blocos residenciais projetados pelo arquiteto espanhol Ricardo Bofill. Fonte: CONSTANDSE *et alii*, 1985.



**FIGURA 11:** Eixo perspéctico na CN de Cergy-Pontoise criado pelo artista plástico e paisagista israelita Dani Karavan (1930-). Da esquerda para a direita: 1) praça das colunas; 2) torre belvedere; 3) parque dos impressionistas; 4) esplanada de Paris; 5) terraço; 6) jardins dos direitos humanos; 7) anfiteatro; 8) palco; 9) passarela; 10) ilha astronômica; e 11) pirâmide. Fonte: SMADJA, 2003.

Nesse rico acervo urbanístico e arquitetônico pós-moderno encontramos ainda: o Espaço de Abraxas, um complexo residencial composto por três prédios: *Teatro*, *Palácio* e *Arco* [FIGURA 12], desenhado pelo arquiteto espanhol Bofill em 1982; e as Arenas de Picasso [FIGURA 13], um conjunto de habitação para baixa renda, construído entre 1980 e 1984, elaborado pelo arquiteto uzbeque Manuel Nuñez Yanowsky. Em Évry, GUYARD (1980) detectou 26 mil moradias criadas como “um imenso jogo de cubos disseminados sobre um território muito vasto, com falta de unidade morfológica e bairros separados por grandes espaços vazios” [FIGURA 14].



**FIGURA 12:** Complexo residencial (*Palácio e Arco*) na CN de Marne-la-Vallée, projetado pelo arquiteto Ricardo Bofill (1982). Uso da arquitetura pós-moderna como espaço cênico. Fonte: Arquivo do autor (foto).



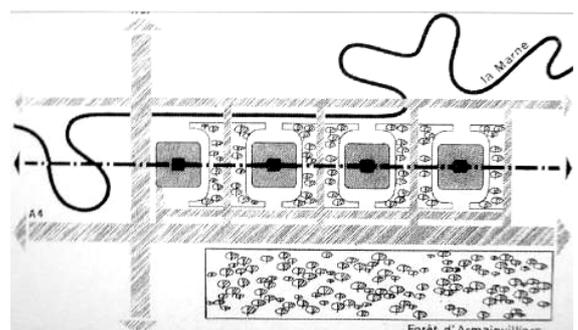
**FIGURA 13:** O “camembert” do arquiteto Manuel Nuñez Yanowsky. Conjunto habitacional para atender à população de baixa renda. Fonte: Arquivo do autor (foto).

Assim, na França, as *villes nouvelles* foram ao seu tempo a novidade da prática urbanística. Segundo Jean-Pierre Combe:

Economia de energia, redes de calor, selo de qualidade, redes de cabos televisivos, grande prêmio de arquitetura, equipamentos integrados, programa pedagógico de construções solares, novas técnicas de construções, avanços espetaculares em transporte urbano: a lista é longa de inovações colocadas em prática nas cidades novas ao curso dos anos 1970 e hoje reproduzidos e desenvolvidos em outras cidades, entre as mais dinâmicas. (Jean-Pierre Combe in SMADJA, 1987)



**FIGURA 14:** Vista aérea do bairro *Les Pyramides* na *ville nouvelle* de Évry, França. Arquitetura experimental para um conjunto habitacional, um novo tipo de ocupação de uma superquadra, aplicada no início dos anos 1970. Fonte: CHATIN, DOUBLET, 1975.



**FIGURA 15:** Esboço da implantação dos núcleos urbanos que compõe a CN de Marne-la-Vallée, nos arredores de Paris. Pólos interligados pela linha férrea, separados por cinturões verdes. Fonte: ÔTTI *et alii*, 1996.

Em alguns casos, numa apreensão mais ampla da urbanização do território, podemos afirmar que um conjunto de CNs também conformaram uma cidade linear. Essa qualificação torna-se mais clara ao observarmos as cidades-satélites implantadas no percurso de trens suburbanos, como nas periferias de Estocolmo, Copenhague e Paris. A própria distribuição espacial da nova cidade ocorreu de forma linear, seguindo a ferrovia, como percebido em visita às *villes nouvelles* de Cergy-Pontoise e Marne-la-Vallée [FIGURA 15].

De fato, as CNs francesas se tornaram um campo de trabalho para arquitetos e urbanistas, assim como para recém-formados e outros profissionais (YOUNGMAN, 1998). Algo repercutido em ações similares, não apenas na Europa, como em outros continentes, até os dias atuais.

#### 4 \_ De Cidades-Satélites a Cidades-Estelares

Da Inglaterra ou da França, onde tal política de urbanização tomou corpo, o uso de CNs como controle da expansão urbana, sob comando estatal, difundiu-se por outros países da Europa assim como para outros continentes.

Ao criar uma CN satélite, a preocupação primordial era evitar que a mesma se tornasse uma cidade-dormitório, dependente da “cidade-mãe”. Para isso, planejava-se em seu domínio um equilíbrio básico entre oferta de moradias e oferta de empregos (indústria, comércio e serviço). Veja-se, por exemplo, as cidades-satélites na Suécia (1950-1954), chamadas de *Cidades ABC* (traduzido por Casa, Trabalho e Serviços. Nelas, técnicos de planejamento urbano utilizaram a seguinte fórmula:

A CN satélite deveria ter uma comunidade balanceada entre 80 mil e 100 mil habitantes, com densidade de 30 a 80 pessoas por acre, aumentando conforme a proximidade do centro comercial. Haveria uma hierarquização de centros: centro comercial principal, centro administrativo próximo à ferrovia, centro de vizinhança com escola. As habitações foram divididas em 60% coletivas (edifícios em barra) e individuais (casas isoladas); e as vias adotaram o sistema norte-americano de separação entre vias de pedestres e de veículos. (CERVEO, 1995)

Equilíbrio igualmente imaginado para as *villes nouvelles* francesas, planejadas para: acalmar as lutas sociais que reivindicavam moradias melhores que *la sarcellite* (cinturão de conjuntos habitacionais da periferia parisiense); dotar a economia francesa de uma indústria de escala internacional pelo planejamento territorial; controlar o desenvolvimento urbano na medida do possível, canalizando o desenvolvimento da capital e sua “mancha de óleo”; e promover o equilíbrio emprego-trabalho a fim de reduzir as migrações cotidianas e de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes (PAQUOT; PAQUOT, 1977).

Segundo VERMEERSCH (2005), mais que apenas um equilíbrio entre emprego e moradia, as *villes nouvelles* deveriam “oferecer empregos de alto padrão e qualidades espaciais” para seus novos habitantes, tornando-se um modelo ideal de vida. Assim, para cada CN proposta, uma vocação particular foi atribuída:

Évry seria um centro urbano atrativo; Marne-la-Vallée deveria reestruturar o Grande Leste; Cergy-Pontoise viraria um prolongamento terciário de La Défense; Saint-Quentin-en-Yvelines adequaria o desenvolvimento urbano em curso segundo uma qualidade urbana a oferecer; e Melun-Sénart privilegiaria ser uma cidade verde. (BEHAR; ESTEBE; GONARD, 2002)

Nesse sentido, as CNs satélites além da conhecida função de responder ao desenvolvimento das grandes cidades, oferecendo moradia, abrigando indústrias, comércios e infraestrutura adequada, adquiriram a responsabilidade de ser um centro com identidade própria. E isto ocorreria com o passar dos anos.

A maturidade de uma CN – o tornar-se uma cidade – seria conquistada quando a mesma adquirisse tal identidade, somada a uma emancipação e independência político-econômica (municipalização). Como exemplo específico, na França, os projetos urbanos das *villes nouvelles* surgiram com uma previsão de 30 a 40 anos para atingir a população máxima e uma possível independência em relação à cidade-mãe (TILLIETTE, 1985). Na prática, a administração de suas CNs foi determinada pela *Lei Boscher*, de 10 de julho de 1970, mas sem clareza ou definição de qual instituição teria responsabilidade de fato sobre as *villes nouvelles*. Anos mais tarde, o cargo foi firmado no *Établissement Public d'Aménagement* (Estabelecimento Público de Planejamento), que se constituiu como monopolizador do papel de planejador. Ele comprava os terrenos, os equipava, preparava os projetos da *Zone d'agglomération nouvelle* (Zona de aglomeração nova) e vendia os direitos de construção. Seu conselho era formado por metade de eleitores e a outra metade de altos funcionários, embora o poder real pertencesse ao diretor, nomeado diretamente pelo Primeiro Ministro (GUYARD, 1980).

Outra possibilidade apresentada, porém mais inconsistente, para determinar a autonomia de uma cidade-satélite era o seu número populacional. Se o movimento Cidade-Jardim de Howard previa um tamanho limitado (32 mil habitantes) e a comissão do *New Town Act* inglês (1946) recomendou entre 20 mil e 60 mil habitantes, entre 1966 e 1975, a tendência (França, Reino Unido, Holanda, Suécia) estava em criar cidades novas maiores, de 100 mil a 500 mil habitantes. Uma variação de números, que na maioria das vezes modificava-se de acordo com o desenvolvimento apresentado pela CN após sua fundação. Período no qual a CN se torna uma “cidade normal”, conforme intitulou MERLIN & SUDARSKIS (1991).

Seja qual for o parâmetro estabelecido para determinar a independência e/ou a maturidade de uma cidade-satélite – econômico, político, dimensional, populacional etc. –, o que se verificou no caso das *villes nouvelles* parisienses foi um cuidado ao planejá-las e garantir assistência a seu desenvolvimento *durable* (sustentável). Um planejamento pautado no equilíbrio de funções e no papel que elas exerceriam junto à Paris. Cidades, não mais novas, que hoje possuem autonomia e características culturais próprias. Cidades criadas satélites que, hoje, poderiam receber uma nova denominação... distinta daquela que as colocam como meros corpos celestes gravitando na órbita da Grande Paris.

Segundo definição encontrada no dicionário HOUAISS (versão digital), um satélite é o “corpo celeste que gravita em torno de outro, completamente devotado (...) que, embora formalmente independente, depende, em suas decisões de maior importância e alcance, das posições de outro (...); uma engrenagem secundária, de pequeno diâmetro, que funciona em associação com a principal”. Um conceito criado por C. B. Purdon em 1925 que se adéqua perfeitamente aos exemplares descendentes da teoria expansionista howardiana, particularmente àqueles em estágio exordial.

Porém, o desenvolvimento salutar de tais cidades, atingindo a “maioridade” e possuindo todos os aspectos almejados em sua concepção, permitiria elevá-las a um novo patamar? Ao retornar ao HOUAISS, encontra-se a palavra “estrela”, cuja definição é: “um corpo celeste produtor e emissor de energia, com luz própria, (...) influência (positiva ou negativa) que supostamente um corpo celeste pode ter sobre o destino”.

Nesse sentido, ao tomar as *villes nouvelles* parisienses como exemplo, verifica-se que as mesmas atingiram, em sua maioridade, a autonomia necessária para começarem a liberar “luz própria”. O planejamento integral eficiente, o equilíbrio moradia-trabalho-serviço estabelecido, a presença de transportes públicos e vias automotivas acessíveis, seu urbanismo e sua arquitetura peculiares são aspectos que permitem diagnosticá-las positivamente. Ao fim ao cabo, cidades com identidade e energia própria que possibilita, ao presente autor, denominá-las de *idades-estelares*.

## Notas \_

[1] Segundo definição dada por CHOAY (1988), *nouvelle* refere-se àquilo que aparece pela primeira vez, um tipo novo (como as CNs do entorno de Paris, que surgiram como uma nova forma de expansão urbana). Diferenciando, por suas características novas e inéditas, daquilo tido comumente por *neuve*, daquilo que acabou de ser feito e ainda não foi utilizado, mais recente (em oposição ao velho, ao mais antigo). “Não somente nova (*neuve*), que denotará o frescor de uma criação *ex nihilo*, como em muitas cidades e novas vilas (*Villeneuve*) desde a Idade Média; mas nova (*nouvelle*), como a Nova Atlantis de Bacon, cujo atributo

marca uma radical diferença” (CHOAY, 1988). Uma distinção que podemos traduzir, respectivamente, por *cidade novidade* e *cidade nova*.

[2] As cidades-satélites, por vezes, ganham denominações diferentes, como as *twin towns*. As *idades gêmeas*, discípulas dos exemplares britânicos de CNs, aparecem como um plano estratégico para construção de novas cidades na Palestina, visando a suprir necessidades de moradia, bem como oferecer empregos. Localizadas próximas a uma cidade existente, reforçando assim seu processo de urbanização, as *twin towns* foram programadas em duas etapas: “primeiramente com a sua implantação na periferia de metrópoles e, posteriormente, ao redor de cidades menores, promovendo seu crescimento” (KHAMAISI, 1998).

## Bibliografia consultada \_

- AHTIK, V. La création des villes nouvelles. **Sociologie du travail**, França, ano 11, n. 4, p. 366-386, out./dez. 1969.
- ALLART, R. **Le coût comparatif entre la création de villes nouvelles et l’extension de villes anciennes**. Nanterre: UER de Sciences Économiques, s.d.
- BATY-TORNIKIAN, G. (Dir.). **Cités-jardins. Genèse et actualité d’une utopie**. Paris: Recherches / IPRAUS, 2001.
- BAUDELLE, G. Villeneuve d’Ascq, ville nouvelle pionnière. **Pouvoirs locaux. Les cahiers de la décentralisation**, França, n. 60, p. 71-74, mar. 2004.
- BEEVERS, R. **The garden city utopia: a critical biography of Ebenezer Howard**. London / Nova York: Macmillan / St. Martin’s Press, 1988.
- BEHAR, D.; ESTEBE, P.; GONARD, S. **Programme histoire et évaluation des villes nouvelles**. Paris: Acadie, 2002.
- BERTUGLIA, C. S.; TICH, S. P.; STANGHELLINI, A. **Formazione di un’identità urbana: il caso delle villes nouvelles**. Milão: Franco-Angeli, 2004.
- BLEYNIE, A. Les promoteurs et les villes nouvelles. **Promotion immobilière**. França, n. 34, p. 49-54, jan. 1977.
- BLOC-DURAFFOUR, P. **Les villes dans le monde**. Paris: Armand Colin, 1998.
- BOUCHER-HEDENSTRÖM, F. Vällinby, Stockholm, du modèle au musée. **Annales de la recherche urbaine**. França, n. 98, p. 148-152, out. 2005.
- CARRERAS, C. Riera de caldes new town: the restriction of growth. **Planning outlook**. Grã-Bretanha, vol. 29, n. 2, p. 63-65, 1986.
- CERVEO, R. Sustainable new towns, Stockholm’s rail-served satellites. **Cities**. Grã-Bretanha, vol. 12, n. 1, p. 41-51, fev. 1995.
- CHATIN, C.; DOUBLET, M. **Neuf villes nouvelles. Une expérience française d’urbanisme**. Paris: Dunod, 1975.
- CHOAY, F. Ville nouvelle. **Le Débat**. França, n. 50, p. 224-225, mai./ago. 1988.
- \_\_\_\_\_; MERLIN, P. **Dictionnaire de l’urbanisme et de l’aménagement**. Paris: Presses Universitaires de Paris, 2005.
- CLAPSON, M. **Invincible green suburbs, brave new towns: social change and urban dispersal in postwar England**. Manchester: Manchester University Press, 1998.
- CLAUDE, V. Les équipes d’aménagement des villes nouvelles : avatars d’une expérience collective nationale. **Annales de la recherche urbaine**. França, n. 98, p. 15-24, out. 2005.
- CONSTANDSE, A. K.; GALANTAY, E. Y.; OHBA, T. (Eds.). **New towns world-wide**. Haia: International Federation for Housing and Planning, 1985.
- CREESE, W. **The Search for Environment: the garden city before and after**. New Haven / Conn: M.I.T. Press, 1992.
- DUCON, E.; YOKOHARI, M. L’involution et urbaine dans l’aire tokyoïte : le déclin de la ville nouvelle de Tama. **Annales de la recherche urbaine**. França, n. 100, p. 23-27, 2006.
- DUMSDAY, J. (Ed.). New towns issue. **Town and country planning**. Grã-Bretanha, vol. 53, n. 11, p. 294-331, nov. 1984.

- FACHARD, S. Villes nouvelles et expérimentation sociale. **PCM**. França, n. 1, p. 37-40, jan. 1982.
- FRANCE. DIRECTION RÉGIONALE DE L'ÉQUIPEMENT. GROUPE CENTRAL DES VILLES NOUVELLES (Org.). **Choix des concepteurs en villes nouvelles**. Paris: SGVN, 1980.
- GUYARD, J. Villes nouvelles... l'âge ingrat. **Communes de France**. França, n. 188, p. 25-33, jun./jul. 1980.
- \_\_\_\_\_. Le projet de loi sur les villes nouvelles. **Bulletin d'information de l'association française des villes nouvelles**. França, n. 1, dez. 1982.
- HAUMONT, N. (Dir.). **Les villes nouvelles françaises**. Nanterre: CRH, 1997.
- HELAND, L. Albertslund, une ville toujours nouvelle : du volontarisme urbanistique à l'innovation environnementale. **Annales de la recherche urbaine**. França, n. 98, p. 141-147, out. 2005.
- HOWARD, E. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HUOT, J.-L. (Dir.). **La ville neuve, une idée de l'antiquité?** Paris: Errance, 1988.
- KHAMAI, R. Building new towns in the formation of new state of Palestine. **Third world planning review**. Grã-Bretanha, vol. 20, n. 3, p. 285-308, 1998.
- MATHIEU, M. R. de A. **Entrevista**. Bondy: Institut de recherche pour le développement (IRD-Paris), concedida em: 18 de junho de 2008.
- MERLIN, P. **Quelles leçons peut-on tirer des expériences des villes nouvelles des autres pays?** Teerã: s.e., 1977.
- \_\_\_\_\_; SUDARSKIS, M. **From garden cities to urban reconstruction: new towns in perspective**. Haia: INTA / AIVN, 1991.
- MURARD, L.; FOURQUET, F. **La naissance des villes nouvelles. Anatomie d'une décision (1961-1969)**. Paris: Presses des Ponts et Chaussées, 2004.
- ÔTTI, F.; SZUCSITS, R.; PICHLER, I. Neue städte. Villes nouvelles. Planung und realitat. Plan et réalité. **Beitrag zu stadtebau und raumplanung**. Áustria, n. 23, out. 1996.
- PAQUOT, T.; PAQUOT, E. Villes nouvelles : une utopie de droite. **Espaces et sociétés**. França, n. 22-23, p. 3-23, dez. 1977.
- PANERAI, P. *et alii*. **Les Bastides, d'Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béaru. Essai sur la regularité**. Bruxelas: Archives d'architecture moderne, 1985.
- \_\_\_\_\_; GENDRE, B.; CHATELET, A.-M. **Villes neuves et villes nouvelles. Les composantes rationnelles de l'urbanisme français**. Versalhes: École d'Architecture, 1986.
- PELLETIER, J.; DELFANTE, C. **Villes et urbanisme dans le monde**. Paris: Armand Colin, 2000.
- PURDON, C. B. **The building of satellite towns**. London: J.M. Dent & Sons Ltd., 1925.
- ROULLIER, J.-E. Regards sur les villes nouvelles. **Pouvoirs locaux. Les cahiers de la décentralisation**. França, n. 60, p. 24-30, mar. 2004.
- SAFIER, M. Le rôle des villes nouvelles dans l'urbanisation. **Planification habitat information**. França, n. 89, p. 3-12, nov. 1977.
- SMAJDA, G. **Art et espace public : le point sur une démarche urbaine**. Paris / La Défense: CGPC, 2003.
- SUDOUR, L. Les villes nouvelles devant leur avenir. **Études**. França, tomo 366, n. 1, p. 29-43, jan. 1987.
- TILLIETTE, B. (Dir.). **Un nouvel art de ville. Huit villes nouvelles en quête d'elles-mêmes**. Paris: Autrement, 1985.
- TREVISAN, R. **Cidades Novas**. Tese de doutoramento. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-UnB, 2009.
- VADELORGE, L. Des villes sans histoire. **Ethnologie française**. França, tomo 33, n. 1, p. 21-30, jan./mar. 2003.
- VASCONCELOS, A. **As cidades satélites de Brasília**. Brasília: Publicação do Autor, 1988.
- VERMEERSCH, S. **Le projet socio-urbain des villes nouvelles : expérimentation et obsolescence**. Paris: École d'architecture de Paris Val-de-Seine, 2005.
- WARNIER, B. Architecture et urbanisme. **Administration**. França, n. 141, p. 27-49, out. 1988.
- WEINER, H. R. Israel's new towns: a mediterranean perspective. **Ekistics**. Grécia, n. 290, p. 393-400, set./out. 1981.
- WERMES, A. L'envol touristique des villes nouvelles. **Espaces loisirs tourisme environnement**. França, n. 108, p. 21-23, fev./mar. 1991.
- YOUNGMAN, P. New towns 1945-1955. **Landscape design**. Grã-Bretanha, n. 275, p. 21-22, nov. 1998.